



"A ideia é unir representantes da sociedade civil para chegarmos a uma fórmula mais eficaz de combate a crimes que trazem prejuízos gigantescos não só às empresas, mas também à economia", diz ministro

Na manhã desta terça-feira (20), o ministro da Justiça e Cidadania, Alexandre de Moraes, deu posse à nova composição do Comitê Gestor da Política Nacional de Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas. O grupo de trabalho é formado por 22 representantes, entre titulares e suplentes, de diversas áreas de atuação.

Alexandre de Moraes destaca que os trabalhos serão conduzidos de forma integrada. "A ideia é unir representantes da sociedade civil para chegarmos a uma fórmula mais eficaz de combate a crimes que trazem prejuízos gigantescos não só às empresas, mas também à economia", defende o ministro.

Uma das primeiras ações do grupo de trabalho será a entrega de um cronograma de acompanhamento com as reuniões periódicas. Os diálogos e ações definidas nesses primeiros encontros, de acordo com Moraes, poderão fazer parte do Plano Nacional de Segurança Pública, que será finalizado durante a segunda quinzena de janeiro de 2017. A próxima reunião do comitê está marcada para 10 de janeiro.

Presente à cerimônia, o deputado federal Efraim Filho (DEM), acredita que quem adquire mercadoria ilegal também pratica o crime. "É algo extremamente nocivo, que financia o crime organizado e deteriora o mercado de trabalho", declarou o deputado, afirmando parceria com o Ministério da Justiça e Cidadania.

O presidente do comitê gestor, coronel Adilson Pereira de Carvalho, frisou que o grupo tem ao próprio favor a legislação, e é composto por profissionais de todas as áreas. "Assim, faremos um trabalho transparente para conseguirmos identificar e combater tais crimes", afirmou. Também estiveram presentes na solenidade o secretário nacional de Segurança Pública, Celso Perioli, e a diretora da PRF, Maria Alice Nascimento Souza.

Operação relâmpago

Na última segunda-feira (19), o ministro Alexandre de Moraes participou de uma operação relâmpago em combate ao roubo de cargas no quilômetro 32 da Rodovia Ayrton Senna, no município de Itaquaquecetuba, em São Paulo.

A ação foi realizada pelas polícias Civil e Militares durante três horas. A fiscalização alcançou 63 veículos de carga e abordou 95 pessoas. Ao todo, foram elaboradas 14 autuações de trânsito, nove ocorrências com apreensão de documentos e dois veículos foram recolhidos.

Refinaria Clandestina

Ainda na segunda-feira, em Boituva, interior de São Paulo, a PRF e o Ministério Público do Trabalho descobriram uma refinaria clandestina de petróleo durante fiscalização trabalhista em uma empresa de produtos químicos.

A PRF, que trabalhava em operação para coibir roubos a cargas, identificou um caminhão que transportava petróleo com notas fiscais falsas. Foram encontrados 280 mil litros de petróleo bruto, 180 mil litros de gasolina refinada e 100 mil litros de solventes armazenados em tambores. Ao fim da ação, quatro pessoas foram encaminhadas à Delegacia de Polícia de Boituva.

Membros do Comitê

O coronel Adilson Pereira De Carvalho, na qualidade de presidente; Rômulo Menezes (titular) e Rodrigo Quintino (suplente) representando a Secretaria Nacional De Segurança Pública (Senasp); Luis Flávio Zampronha (titular) e Reneton Serra (suplente), representando o Departamento de Polícia Federal; João Francisco Ribeiro De Oliveira (titular) e Ítalo Machado (suplente), representando o Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

Gilberto Tragancin (titular) e Hélita Máximo (suplente) pela Receita Federal Do Brasil; Rafael Alves Lourenço, (titular) e André Francisco Umbelino (suplente) pela Superintendência de Seguros Privados; Harlany Jackson (titular) e Gabrielli Porfiria Pires (suplente) pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte; José Aires do Amaral (titular) e Basílio Militani (suplente) pela Agência Nacional de Transporte Terrestres.

Fernando Nardes (titular) e Diego Oliveira (suplente), pelo Departamento Nacional de Trânsito; Fernando Cesar Costa (titular) e João Guilherme Medeiros (suplente) pelo Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil; Idzel Mafra Fagundes (titular) e Aparecido Chaves De Souza (suplente) pelo Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal; e Eudaldo Almeida (titular) e Geraldo Marcelo Cabral (suplente), representando o Conselho Nacional de Política Fazendária.

Fonte: Ministério da Justiça e Cidadania, em 20.12.2016.